



## Desenvolvimento autônomo e soberania dos povos e países latino-americanos: uma velha utopia em curso?

Célio Augusto da Cunha Horta  
(Professor Assistente do Departamento de Geografia da UFMG)

### Resumo

Este artigo se orienta na reflexão sobre as políticas macro-econômicas e sobre a produção de “pactos territoriais” que, recentemente, estão sendo efetivadas, na América Latina, por vários governos nacionalistas e populares. Será que essas importantes reformas sinalizam na direção do rompimento da dependência estrutural dos países latino-americanos?

### Abstract:

*This article aims to reflect on the macroeconomic policy and on the production of “territorial pacts” which recently are being realized in Latin America, several nationalist and popular government. Are these important reforms signal the disruption of the structural dependency Latin American countries?*

Recebido 11/2009  
Aprovado 03/2010

**Palavras-chave:** América Latina, dependência, geopolítica.

**Key-words:** *Latin America, dependency, geopolitic.*

celio@igc.ufmg.br



<sup>1</sup> CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina, vinculada a ONU e criada em 1948. Inicialmente, tinha por objetivo teorizar sobre a situação econômica macro-regional e elaborar proposições gerais de desenvolvimento para os países latino-americanos. Quanto ao dualismo cepalino pode-se resumidamente afirmar que nele estava embutido, em grande medida, uma concepção de subdesenvolvimento latino-americano como condição estrutural que reproduzia regionalmente as relações (desiguais) centro-periferia do capitalismo mundial. De acordo com essa linha de raciocínio, haveria superposição de diferentes temporalidades, ou seja, manifestavam-se na sociedade e no espaço geográfico da América Latina polarizações do tipo rural versus urbano, o arcaico versus o moderno, etc. Este dualismo baseava-se no princípio geral de que as sociedades contemporâneas compreendiam, simultaneamente, dois estágios (de desenvolvimento) fundamentais opostos. Portanto, colocava-se como pressuposto básico a necessidade do estabelecimento de metas de desenvolvimento para superar essas polaridades. A industrialização substitutiva correspondia a uma das principais metas. Para o caso brasileiro, ultrapassando as teses dualistas, ver OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes, 6<sup>o</sup> ed., 1988.

<sup>2</sup> No início dos anos de 1960, formularam-se, originalmente, as teorias dependentistas que segundo Duarte (2008/2009, p. 21) contrariavam, no geral, as teses cepalinas: "Diferentemente do desenvolvimentismo, a Teoria da Dependência não enxerga subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas." Sobre o aprimoramento dessas teorias pode-se comparar, por exemplo, as produções de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto com as de Ruy Marini; posteriormente, Andre Frank realizou importantes revisões.

<sup>3</sup> Processo desenvolvido por força da crise estrutural do capitalismo fordista-keynesiano, evidenciada em 1973; mais recentemente tornaram-se visíveis as políticas neoliberais próprias dos "Estados Mínimos" conveniados aos propósitos do Consenso de Washington.

## Introdução

A posição periférica da América Latina no cenário econômico mundial constitui relevante preocupação que, há mais de 50 anos vem sendo, paralelamente, transformada em teorias diversas, em debates acadêmicos, propostas e ações políticas. No decorrer deste período, as contribuições teóricas - sobre a condição dependente da América Latina - que obtiveram maiores atenções foram as de Raúl Prebisch, Celso Furtado, Andre Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, José Serra, Florestan Fernandes, Teotônio dos Santos, Ruy Marini, dentre outros.

Importante destacar que, em meados de 1960, novas idéias pertinentes ao subdesenvolvimento latino-americano já superavam vários postulados originalmente formulados pela CEPAL. As críticas principais referiam-se ao "pensamento dualista" presente nos trabalhos de alguns de seus teóricos.<sup>1</sup> Nos anos de 1970, difundiram-se importantes análises mais aprimoradas e revisadas da **Teoria da Dependência**<sup>2</sup>.

Deve-se ressaltar também que durante a Guerra Fria, na América Latina, pensamentos e ações políticas, em muitos casos, divergiam-se de maneira acentuada. Portanto, as leituras sobre as idéias cepalinas, os entendimentos acerca da "Dependência", por exemplo, variavam substancialmente. Perspectivas como a de uma "Revolução Socialista" conviviam com ideologias favoráveis aos "Regimes Militares Ditatoriais" (que em geral visavam a manutenção do *status quo*). A revolução cubana (1959) e a "substituição" de Allende por Pinochet (1973), no Chile, são exemplos de processos antagônicos característicos desse período histórico.

Contudo, a dissolução da URSS (e do "bloco socialista") acompanhada, não casualmente, pela mais recente redefinição do regime de acumulação capitalista<sup>3</sup> constituiu processo que, inequivocamente, ainda tem condicionado e, variavelmente, induzido a construção de novas concepções sobre a inserção geoeconômica da América Latina na (des)ordem geopolítica mundial. Porém, após os fortes ventos neoliberais dos anos de 1990, estabeleceu-se uma outra e paralela trama política no conjunto constituído pelos Estados nacionais latino-americanos: recentemente, vários governos contrários ao "Consenso de Washington"<sup>4</sup> assumiram ou reasumiram as presidências de seus respectivos países.<sup>5</sup>

Ressalte-se que alguns desses programas governamentais pautam-se, em geral, na execução de reformas setoriais (nada simples) que, obrigatoriamente, não colocam em risco os interesses dos grandes capitais de origem externa e interna.<sup>6</sup> Diante dessa aparente contradição instaurada no âmbito desses projetos políticos ressurgem algumas dúvidas: é possível conciliar, na América Latina, os interesses dos grandes capitais com as urgentes necessidades sociais? Tratam-se de projetos sociais-democratas que ao se depararem com os (in)evitáveis obstáculos macroeconômicos transformam-se, *grosso modo*, em governos populistas? Nesses casos, a dependência dos países latino-americanos tende, por conseqüência, a aprofundar-se ou tende a diminuir?

Mas, há situações em que alguns governos adotaram políticas de enfrentamento em relação às corporações transnacionais, em relação ao grande capital nacional agrário e industrial, etc. – como na Venezuela e, mais recentemente, na Bolívia e no Equador. Porém, enquanto não é possível se obter indicações mais concretas e imediatas dos esperados efeitos sociais (melhorias das condições básicas de vida das populações mais necessitadas) provenientes das corajosas políticas de nacionalizações e reestatizações de empresas estratégicas tanto na Venezuela, quanto na Bolívia, por exemplo, cabe, então, perguntar: essas políticas estatais sinalizam objetivamente tentativas de ruptura da Dependência histórica





e estrutural? As propostas e as ações comandadas por Hugo Chávez e por Evo Morales caracterizam-se por um populismo de esquerda e/ou caminham para a construção de sociedades socialistas?

Todavia, se no plano interno sabe-se que ainda coexistem grandes dificuldades para se governar pode-se, por outro lado, perguntar se do ponto de vista supranacional novas solidariedades regionais estão sendo construídas, ou seja: em razão da configuração geopolítica geral na América Latina é pertinente conceber um **bloco histórico** macro-regional que permita maiores sustentações de governabilidade para os projetos políticos que visam alterações estruturais? Vale incluir, nesse caso, as intenções e as ações já em execução da UNASUL (União das Nações Sul-americanas), a posição adotada mais recentemente pelo MERCOSUL (Mercado Comum do Sul - mesmo que ainda padecendo de sua velha ambigüidade econômica) e, também, o significado geopolítico das aproximações entre Cuba, Venezuela, Bolívia e Equador, por exemplo.

Assim sendo, parte-se da hipótese de que alguns governos nacionais caminham na direção de políticas macro-econômicas que visam o rompimento - mesmo que gradual - da situação histórica de dependência e, que simultaneamente, adotam medidas efetivas de convergência do Estado com a sociedade; em outras palavras: defende-se que estão sendo estabelecidas, por vários governos latino-americanos, novas relações entre Estado e sociedade civil e também políticas econômicas relativamente autonomistas (anti-imperialistas, inclusive) que tendem a criar novas configurações sócio-espaciais. Provavelmente, essas novas ações e relações indicam construções político-democráticas próprias situadas, especialmente, entre o “reformismo de Gramsci” e a “revolução de Lênin”; essa provável tendência, inclusive, talvez já esteja se manifestando nas formas populares de governo ou por intermédio de governos neopopulistas em vigor.

Desta forma, esse artigo, por meio de um conjunto de reflexões basilares, orientou-se na realização de algumas aproximações (de natureza teórica) entre esses questionamentos e os complexos processos mencionados. Definiu-se, então, primeiramente, pela construção de uma breve seção sobre a condição original de dependência na América Latina. Posteriormente optou-se por uma sucinta revisão de ideias que tratam da relação entre o imperialismo e o papel das elites nacionais e, também, da distância secular entre Estado (*e*) nação na América Latina. Por último, esse artigo reapresenta algumas considerações sobre a teoria da dependência, com destaque para os principais postulados de Florestan Fernandes que, apesar de veiculados no início da década de 1970, permanecem ainda bastante pertinentes para a análise atual da configuração geopolítica latino-americana.

### América Latina: dependência congênita?

É consensual entre inúmeros pesquisadores <sup>7</sup> que o processo de descolonização da América Latina foi realizado pelas elites crioulas. Inspiradas pelas revoluções francesa e estadunidense essas elites obtiveram, ainda, o apoio da Inglaterra que visava ampliar seus mercados conforme a nova lógica centro-periferia que geoeconomicamente se definia em “substituição” à velha ordenação metrópole-colônia. Importante lembrar ainda, que a invasão francesa (Napoleão I) na Espanha também influenciou as lutas internas pelas independências.

Torna-se pertinente destacar também que vários movimentos populares que se colocaram frente aos propósitos de independência nacional foram abortados pelos crioulos; portanto, os projetos de construção dos Estados nacionais latino-americanos foram elaborados em razão dos

<sup>4</sup> O Consenso de Washington postulava políticas econômicas estruturais tais como: abertura das economias nacionais, privatizações, reestruturação produtiva, financeirização da economia, penetração irrestrita do capital estrangeiro, pagamento das dívidas externas, etc. Esse “pacote” de medidas macroeconômicas foi adotado pelos países latino-americanos em diferente intensidade havendo, inclusive, variações no tempo, mas em geral, essas políticas desenvolveram-se mais explicitamente no decorrer da década de 1990.

<sup>5</sup> Desconsiderando-se as outras esferas de poderes (municipais, provinciais, estaduais, etc.) destacam-se os Presidentes contrários ao neoliberalismo: Hugo Chávez, na Venezuela; Néstor e atualmente Cristina Kirchner na Argentina; Martin Torrijos, no Panamá; Ricardo Lagos seguido por Michelle Bachelet, no Chile; Lula, no Brasil; Evo Morales na Bolívia; Rafael Correa no Equador, o retorno de Daniel Ortega na Nicarágua, Fernando Lugo no Paraguai, etc.

<sup>6</sup> No caso brasileiro, as tentativas para alcançar um “reformismo de centro” foram notáveis nos quatro primeiros anos do governo Lula: *reforma* da previdência, *reforma* tributária, *reforma* agrária, *reforma* do Judiciário, *reforma* universitária, *reforma* política (partidária), *reforma* sindical, etc. Na gestão posterior, deve-se reconhecer que o Brasil atuou positivamente diante da grave e profunda crise mundial do capitalismo: o crescimento da economia desacelerou, mas não foi negativo, como ocorrido no “Centro” e na “Periferia” em geral; o país, contrariando a história, efetivou vultoso empréstimo ao FMI (Fundo Monetário Internacional); passou, inclusive a atuar mais incisivamente nos organismos internacionais (G-20, OEA, etc.); e dentre outras atitudes nacionalistas importantes adotou medidas de proteção ao Pré-sal.

<sup>7</sup> Dedicaram-se exaustivamente ao tema mencionado: Octávio Ianni (1993), Manuel Correia de Andrade (1989), Florestan Fernandes (1972), Héctor Bruit (1988), Pierre Chaunu (1964), Jacques Lambert (1969), Maria Lígia Prado (1987), Enrique Moraga (1977), Ruy Marini (1976), Andre Gunder Frank (1980) dentre outros.





interesses de uma **classe-etnia**<sup>8</sup> dominante que, no âmbito geral, sujeitava-se às determinações da divisão internacional do trabalho própria do período vigente. Em contrapartida, essas elites mantinham o controle político interno bem como reproduziam as velhas estruturas do tipo coloniais nos novos países – juridicamente independentes, mas não soberanos. Sobre o domínio de classe-etnia constituído na gênese dos países da América Latina, Manuel Correia de Andrade (1989, p. 24 e 19) afirma:

“Os revolucionários, porém, eram conservadores. Não procuraram solucionar a questão indígena e sim manter as instituições sociais da colônia, nos jovens países que se tornavam independentes. (...) Formou-se, desse modo, uma sociedade em que as diferenças de classe eram fortalecidas pelas diferenças étnicas, sendo difícil aos descendentes de negros e aos índios ascenderem às classes dominantes. O racismo em alguns países foi instituído e em outros foi aceito de forma não generalizada, embora não consagrado em lei.”

Para Edelberto Torres Rivas (1977, p.68-69) sérias e graves contradições envolveram a formação original dos Estados nacionais na América Central:

“(...) A revolução liberal na América Central modernizou a sociedade pela via autoritária. De fato, essa modernização relativa provocou um endurecimento da vida política, colocando os militares no centro dessa situação contraditória. (...) a idéia “nacional” e as identificações que ela supõe pertenciam e eram dadas pela cultura, pelos valores e interesses da classe latifundiária. O que quer dizer: uma visão segmentada, cheia de limitações étnicas, estamentais, econômicas. (...) A nacionalidade, de fato, foi tão inoperante como a cidadania formal. A nação a que o Estado deu unidade foi uma nação de latifundiários (...)”

E sobre essa construção nacional crioula, segregacionista e neocolonial típica do conjunto (geral) latino-americano Florestan Fernandes (1972, p.15-16) ressalta o papel político-econômico das elites “contra-revolucionárias”:

“Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do *status quo ante* da economia, com o apoio e a cumplicidade das “classes exportadoras” (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos. O esforço necessário para alterar toda a infra-estrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial.”

Florestan Fernandes (1981) destaca, portanto, que a “contra-revolução” de origem burguesa é um fenômeno próprio da constituição dos países latino-americanos. Além do mais, com base nos estudos de Darcy Ribeiro (1978), Héctor Bruit (1982, 1988) e outros se verifica, então, que a segregação – não regionalmente homogênea na América Latina - do **Estado da Nação** corresponde também a uma política específica das elites crioulas. Para Fernandes (1981) esses processos de dominação são decorrentes das determinações histórico-estruturais do “capitalismo central” interconectado às particularidades do capitalismo latino-americano (extrovertido e dependente). Florestan Fernandes (1981, p.74 e 78) salienta, por outro lado, que a revolução cubana rompeu o passado do presente, mas de acordo com suas avaliações pode-se inferir que, no geral, esses processos ainda *hoje* permanecem ativos (e distintos) nos aparelhos e instituições estatais dos países latino-americanos:

<sup>8</sup> As classes dominantes correspondiam aos **crioulos** (descendentes de espanhóis nascidos na América); indígenas, negros e mestiços, portanto, tiveram participação mínima frente aos processos de construção dos Estados nacionais latino-americanos. Assim, parece consensual entre os diversos pesquisadores que houve convergência entre supremacia econômica e domínio étnico na gênese dos países latino-americanos.





“Em síntese, as “condições objetivas” da transformação capitalista são demasiado fracas e descontínuas para alimentar saltos constantes em suas “condições subjetivas” (...) as alternâncias de conciliação e reforma traduzem o impasse crônico tanto do capitalismo neocolonial, quanto do capitalismo dependente.”

Para Enrique Moraga (1977), o desfecho da disputa interimperialista entre França-Inglaterra e, também, a consolidação da Revolução Industrial no **Centro** correlacionada ao domínio político da oligarquia exportadora latino-americana constituíram, por conseguinte, os fundamentos das estruturas nacionais de um capitalismo condenado à **dependência**. Assim, segundo Enrique Moraga (1977, p.37) “será a oligarquia, principalmente crioula e orientada para o comércio com o exterior que, canalizando as pressões dos exércitos revolucionários e as massas populares urbanas, proclamará a Independência e dissolverá a aristocracia.”

Portanto, conforme exposto por Florestan Fernandes (1972), Moraga (1977), dentre outros autores (ANDRADE, 1989; CUEVA, 1983; BRUTT, 1988; MARINI, 1976; etc.) pode-se afirmar que as estruturas sócio-espaciais do colonialismo europeu (predominantemente exploratório na América Espanhola e Portuguesa) foram “necessariamente” herdadas pelos Estados latino-americanos. O modo de produção capitalista latino-americano sob o escopo dos recentes Estados nacionais<sup>9</sup> - seja no âmbito institucional das elites conservadoras ou dos políticos liberais<sup>10</sup> - caracterizou-se, portanto, pela utilização econômica das estruturas coloniais pré-existentes que, em grande medida, permaneceram destinadas aos mecanismos de acumulação de capital da Europa. Essa espécie de “continuismo” estrutural entre Europa e América Latina, contudo, coexistia com os efeitos da Doutrina Monroe (1823) que manifestava, desde então, os desígnios imperialistas dos EUA na região. Quanto às históricas determinações estruturais Agustín Cueva (1983, p.42) ressalta que

“(…) convém recordar que a edificação de um estado nacional jamais se realiza no vazio (...) e sim sobre a base de uma estrutura econômico-social historicamente dada e dentro de um contexto internacional concreto, fatores que não só determinam as modalidades históricas de cada entidade estatal, mas também a maior ou menor tortuosidade do caminho que conduz à sua organização.”

Moraga (1977) considera que esse modelo de acumulação que se baseava na exportação de produtos primários e na extração da **mais-valia absoluta** constituiu, na origem dos Estados-nacionais latino-americanos, o problema econômico de maior relevância: incapacidade para criar **mercado interno**. Por conseguinte, esse modelo de “acumulação extrovertida” contribuiu com o desenvolvimento do mercado interno europeu “fechando”, assim, o circuito internacional de reprodução ampliada do capital. Com base nas concepções de Marini, Pedro Duarte (2008/2009, p.32) também adverte sobre a discrepância que havia entre os valores de troca do centro capitalista com os recentes países latino americanos:

“(…) na medida que a perda de mais-valia ocasionada pelo intercâmbio desigual não pode ser resolvida em nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é tentar compensá-la no plano da produção interna através da ampliação da produção de excedente. Nessa perspectiva, o aumento da intensidade do trabalho – e não o incremento de sua capacidade produtiva – se configura com um aumento da mais-valia.”

Para Moraga (1977, p.81-82), a burguesia industrial latino-americana estava subordinada à oligarquia exportadora devido à divisão internacional do trabalho em vigor – no período de transição do **Estado Oligárquico** para o **Estado Nacionalista-reformista**; mas, “em virtude da crise exportadora e da substituição de importação” a indústria pretérita latino-americana, antes subproduto da exportação<sup>11</sup>,

<sup>9</sup> No geral, as emancipações políticas geradoras dos atuais países latino-americanos ocorreram entre 1811-1825; nos extremos colocam-se, grosso modo, Haiti com sua revolução popular de 1804 e a independência muito recente de Suriname em 1975; outras emancipações são decorrentes de desmembramentos como os países da América Central Istmica – exceção do Panamá que foi separado da Colômbia em 1903 – que formavam as Províncias Unidas da América Central (federação criada em 1821), mas, dissolvida em 1838-39, Belize que, em 1981, separou-se da Guatemala, etc.; mas, persistem ainda hoje territórios coloniais na América Latina.

<sup>10</sup> Sobre o bipartidarismo das elites latino-americanas – conservadores e liberais - ver obra de Maria Lígia Prado: A formação das nações latino-americanas. SP: Contexto, 1987. No período correspondente à independência política dos países latino-americanos, Frank (1980, p. 203), contundentemente, atribui aos liberais a acentuação da dependência – acompanhada de relativa desindustrialização: “(...) os antigos liberais associaram-se cada vez mais com o capital estrangeiro e o comércio da metrópole imperialista (...) criaram graves problemas econômicos de subdesenvolvimento (...)”



converteu-se, gradualmente, em um importante setor manufatureiro destinado ao consumo econômico do capitalista (e não do trabalhador) “cujo consumo é de bens simples e produtos alimentares, proporcionados pela pequena e média indústria e pela agricultura não exportadora.” Celso Furtado (1969, p.131) salienta que anteriormente à crise de 1929, em alguns países da América Latina, “o desenvolvimento do setor industrial fôra um reflexo da expansão das exportações.”

A economia exportadora, para Moraga (1977, p.69), gerou maior desenvolvimento da infra-estrutura destinada à produção em grande escala, produziu “um incremento de serviços e comunicações (...) da mão-de-obra assalariada e das classes médias (...)” Portanto, segundo Moraga (1977, p.69), o crescimento de trabalhadores assalariados e da classe média, bem como o incremento da economia interna voltada para exterior

“(...) provocam uma procura interna que é satisfeita por artesãos manufatureiros e, progressivamente, por uma indústria ligeira – (...) de simples utensílios domésticos, móveis, bebidas (...) para consumo individual, e à construção e produção de materiais de construção, à instalação e reparação de maquinaria, etc., para a infra-estrutura de exportação.”

Segundo Armen Mamigonian (2006, p.119) “com a crise de 1929-1930 (...) o continente passou a viver brilhante fase de “crescimento para dentro”, na feliz expressão de Raul Prebisch (...)”. De forma concordante Furtado (1969, p.135) afirma que desde então (crise de 1929) houve, no conjunto geral da América Latina, “expansão do setor industrial ligado ao mercado interno, num esforço de substituição total ou parcial de bens que anteriormente vinham sendo adquiridos no exterior.” Enrique Moraga (1977) compactua com essa visão e reconhece esse hiato de desenvolvimento pró-autônomo na América Latina; suas ideias sobre os processos decorrentes nesse período convergem, assim, com as de Mamigonian (2006) e com as de Celso Furtado (1969); Armen Mamigonian (2006, 119), inclusive, afirma com propriedade:

“Naquela época, a autonomia latino-americana foi ampliada por causa do enfraquecimento das classes agro-exportadoras ligadas ao imperialismo industrial inglês decadente e pela chegada ao poder das classes sociais voltadas ao desenvolvimento endógeno (latifundiários e industriais ligados aos mercados internos nacionais), com o apoio do imperialismo financeiro norte-americano (...)”

Todavia, Moraga (1977) salienta que a “revolução industrial” latino-americana, portanto, produzida e planejada pelo “Estado Reformista” e em seguida pelos **governos nacionalistas** caracterizava-se por uma produção direcionada essencialmente para o atendimento do mercado capitalista (e não destinada ao consumo do trabalhador):

“(...) uma vez que o consumo individual do trabalhador não tem relação com aquilo que ele produz, não servindo para determinar o valor da força de trabalho, e, por conseguinte, o preço de custo do produto, o capitalista não precisará de ter em vista o aumento de produtividade e preferirá diminuir o preço real da mão-de-obra, aumentando para isso a intensidade do trabalho ou a extensão da jornada. (...) a pressão por parte dos sindicatos (...) não se traduzirá numa resposta do capitalista no sentido do aumento dos salários, mas este optará por manobrar, através do Estado, (...) o preço dos produtos agrícolas destinados ao consumo interno. (...)” (MORAGA, 1977, P.82)

Nesse contexto, a maior exploração do trabalhador agrícola, para Moraga (1977, p.125 e 143), resultava em uma solução própria do “Capitalismo de Estado” latino-americano. Evitava-se o des-

<sup>11</sup> Para Moraga (1977), a “(...) a industrialização latino-americana germina como subproduto da economia exportadora (...)” op. cit. p. 69.





contentamento dos terratenentes e, simultaneamente, estabelecia-se um circuito de valor campo-cidade que, aparentemente, parecia ser sustentável do ponto de vista da reprodução ampliada do capital e das novas relações políticas. Porém, Moraga (1977, p.124-125) ressalta outra importante contradição<sup>12</sup> específica desse período:

“(…) Para desenvolver o mercado interno (...) era absolutamente necessário empreender a Reforma Agrária (...) Não o fazendo, o governo nacionalista cavava a sua própria tumba; mas se o fizesse, teria de contar com a força suficiente para poder agüentar os ataques dos setores afetados.”

Para Moraga (1977) essa e outras contradições indicavam sérias dificuldades de ruptura da dependência. Não obstante, o autor define o período posterior ao da substituição de importações como sendo o da **industrialização dependente**. Nessa nova fase, iniciada a partir de 1955, intensificou-se a industrialização regional baseada nas necessidades dos centros do capitalismo mundial. A formação da *aliança desenvolvimentista* foi essencial para elaboração dessa nova etapa econômica. Porém, de acordo ainda com Moraga (1977), após a Revolução Cubana, instaurou-se o **Estado de Emergência Permanente** - início dos anos de 1960 até meados da década de 1980<sup>13</sup>. Assim, no geral, os regimes autoritários (militares) cumpriram relevante função estratégica no contexto da Guerra Fria e, simultaneamente, foram muito eficientes na sustentação das políticas internacionais de expansão dos capitais monopolistas (provenientes principalmente dos EUA, Europa Ocidental e Japão) na América Latina.

Nota-se que no decorrer dessas três fases, a industrialização compareceu como componente relevante na estruturação macroeconômica de vários países da América Latina, principalmente no período das substituições de importações e na fase posterior caracterizada, então, pelo desenvolvimentismo democrático e pelos “regimes de exceção” em seqüência.

Importante ressaltar que, por volta dos anos de 1950, um dos principais pressupostos teóricos da CEPAL pautava-se na industrialização, ou seja, a industrialização correspondia a um dos mais sólidos pilares de desenvolvimento para os países latino-americanos. Nesse aspecto, Enrique Moraga (1977) ao denominar a terceira fase de **industrialização dependente** provoca, quase que automaticamente, uma reflexão sobre o modelo de industrialização adotado na América Latina, seus efeitos nas economias e nas sociedades nacionais, bem como estimula discussões em torno das teorias cepalinas.

Todavia, não é sensato desconhecer as várias contribuições teóricas provenientes do pensamento cepalino, mas já são muito difundidas, no meio acadêmico, algumas de suas limitações, dentre elas a defesa (correta, a princípio) da industrialização como forma de ruptura da dependência em relação ao “centro” do capitalismo. A CEPAL partia do pressuposto que mudanças estruturais no capitalismo latino-americano eram essenciais, assim, os respectivos países precisavam ultrapassar (sem negar) a condição de produção/exportação agro-mineral na divisão internacional do trabalho. Neste âmbito, Blanca Rebeca Ramírez (2006, p.111), criticamente, ressalta que “*La utopía modernizadora prometió a América Latina salir del atraso y la pobreza con la implementación de la industrialización y el desarrollo capitalista.*”

Desta forma, a industrialização substitutiva constituía o pilar fundamental para se alcançar o desenvolvimento econômico e social desejado; a CEPAL, contudo, defendia o crescimento do **mercado interno** considerando-se, então, que a industrialização, para todos os países, deveria ser implementada utilizando-se de boa parcela das riquezas provenientes das exportações; nesse aspecto, o **Estado** exerceria papel interventor de grande relevância. A formação de um mercado comum latino-americano compunha, também, um importante ideal a ser perseguido (dentre os

<sup>12</sup> Moraga (1977) sistematiza várias contradições próprias do capitalismo latino-americano desenvolvido nesse período. As “Limitações estruturais do funcionamento nacionalista” estão apresentadas nas pp. 121-125; op. cit.

<sup>13</sup> Enrique Moraga (1977) reconhece as diferenças regionais na América Latina sinalizando, assim, para a necessidade de aplicação cuidadosa da periodização por ele efetuada. Ver Moraga op. cit. p. 20-25.





cepalinos, Raúl Prebisch era, talvez, o maior defensor da **integração regional**). De acordo com Duarte (2008, p.17) “o modelo de “desenvolvimento para dentro” cepalino, apesar de ser focado na produção para o mercado interno, não se contrapõe ao mercado internacional mas, ao contrário (...). Ressalte-se que, recentemente, novos arranjos espaciais estão se configurando entre vários países da América do Sul; essa geopolítica parece significar estratégia de ruptura (gradual e parcial) do histórico isolamento espacial das “ilhas de modernidade” ou dos desintegradores “corredores de exportação”; assim, é provável que já estejam inicialmente ocorrendo as tramas geográficas de articulação regional tão intensamente defendidas pelos pensadores da CEPAL e outros; assim, vão se formando redes de integração por meio de hidrovias, rodovias, hidrelétricas, gasodutos, etc.; e além das conexões infraestruturais no espaço sul-americano, os acordos macro-regionais de ordem financeira, tecnológica, militar, fusão de empresas estatais, (dentre outros) da UNASUL podem estar sinalizando tentativas de unificação supranacional destinadas ao desenvolvimento interno e ruptura da dependência estrutural. Assim, não parece precipitado afirmar que já estão se efetivando, pelo menos na América do Sul, uma “pluralidade de pactos territoriais” (SILVEIRA, 2008) e que parte não desprezível desses pactos é constituído por territorialidades supranacionais relativamente solidárias e cooperativas (e menos competitivas) que podem, inclusive, futuramente, alcançar o conjunto geral dos países latino-americanos.

Contudo, a expressão utilizada por Moraga (1977) – industrialização dependente – sugere, conforme mencionado, a reflexão sobre vários problemas inerentes a alguns dos pressupostos cepalinos e sobre o “destino do desenvolvimento” latino-americano; ou seja, o que se verificou **historicamente** é que os países latino-americanos se industrializaram, alguns inclusive passaram a exportar também produtos industrializados, entretanto, a dependência e o subdesenvolvimento não se sucumbiram, mas em grande medida renovaram-se, compondo assim mais uma fase de “modernização conservadora” na América Latina.

Entretanto, ainda com base na periodização de Moraga (1977),<sup>14</sup> pode-se pensar na formulação uma *quarta fase* caracterizada pelo retorno aos regimes democráticos. Acrescente-se, então, à industrialização dependente novas modalidades de dominação, como as políticas de endividamento externo, a aplicação das políticas neoliberais (anos de 1990 principalmente) e, mais recentemente, outras políticas visando a recuperação dos patrimônios nacionais havendo, nesses casos, recondução de relevância aos aparelhos de Estado frente às economias nacionais. Segundo o geógrafo Márcio Pinõn de Oliveira (2001, p.260):

“(…) para a América Latina a década de 1980 foi marcada pela retomada dos regimes democráticos, com o fim das ditaduras militares, mas também por anos de forte crise social e estagnação econômica – a “década perdida” como ficou conhecida. Contudo, é desta década, principalmente a partir de sua segunda metade, que emergiria uma nova (des)ordem na América Latina.”

Analisando as fases mencionadas – desde a origem dos Estados nacionais até o momento atual – notam-se variações no grau de dependência dos países latino-americanos. Porém, apesar dos diferentes níveis de dependência desses países – no passado e hodiernamente – o problema da dependência permanece gerando efeitos deletérios no coletivo das nações dos Estados latino-americanos. Há ainda hoje conexões entre as estruturas sócio-espaciais produzidas no decorrer do período correspondente a formação dos Estados nacionais<sup>15</sup> e as estruturas atualmente desenvolvidas; mas, essa “coexistência temporal” implica, necessariamente, na observação cuidadosa de mudanças e permanências estrutu-

<sup>14</sup> O Estado Oligárquico e a economia baseada nas exportações de produtos primários – 1º fase; Estado Nacionalista pautado nas políticas de industrialização substitutiva - 2º período (±1929-1955); Aliança desenvolvimentista seguida pelo “Estado de Emergência Permanente” - 3º fase; O autor ressalta a superposição temporal das três fases rompendo, assim, com uma leitura firmada na “linearidade positivista”. Ver Moraga (1977) op. cit.





rais que variam no conjunto macro-regional. Portanto, os efeitos e as cristalizações sócio-espaciais da “independência dependente” dos países latino-americanos estão mais ou menos salientes em cada um; a industrialização dependente está mais sedimentada em determinado país em comparação com outro; são diferentes os níveis e as formas de dependência dos países latino-americanos. Mas é mais do que necessário reavaliar essas novas formas de dependência e, sobretudo, atentar-se para as possíveis rupturas em curso, especialmente nos países que manifestaram, há pelo menos quatro ou cinco anos, políticas econômicas e sociais contrárias aos postulados hegemônicos do “centro” capitalista.

### Imperialismo, elites nacionais e crise (crônica?) entre Estado (e) nação na América Latina

Projetos nacionais desde os mais ousados - como os que almejavam uma sociedade socialista - até os mais simples (de caráter semi-reformista, por exemplo) foram e ainda são severamente combatidos por “forças” internas e externas; os conceitos de **soberania nacional** e de **governabilidade** parecem que são incompatíveis no conjunto geopolítico da América Latina. Nessa América, **historicamente**, a distância dos **Estados** em relação às suas **nações** aumenta ou diminui de acordo com essas forças e/ou em função do grau de resistência e de organização de determinados movimentos político-sociais. Márcio Pinõn de Oliveira (2001, p. 228) assinala que o “fato do Estado ter antecedido à nação na América Latina trouxe contradições que até hoje não foram superadas.” Assim, segundo Octávio Ianni (1993, p.32), a crise política torna-se crônica para o Estado e para a sociedade civil:

“A rigor, a capacidade decisória dos governos nacionais se vê bloqueada ou reduzida, pelos mesmos desenvolvimentos da economia, em escala nacional e internacional. O próprio Estado-Nação entra em crise. Ao mesmo tempo que se amplia a inserção dos subsistemas econômicos nacionais na economia capitalista mundial, reduz-se o espaço decisório dos governos nacionais, se pensamos em soberania, interesses nacionais, trabalhadores, povo, cidadania.

Sob essas condições, o trabalhador tende a sofrer uma dupla exploração. O seu trabalho deve produzir excedentes em condições de atender às exigências dos setores dominantes nacionais, e inclusive, dos estrangeiros. Daí a persistência de formas autoritárias de organização do poder estatal, que parecem resultar da instabilidade política crônica. Esse é o contexto em que se afirma e reafirma a debilidade da sociedade civil, a convivência do Estado demiurgo.”

A persistência de significativos antagonismos entre Estado e suas nações reflete, em grande medida, a “hegemonia” de grupos dominantes que “insistem” em reforçar a **coerção** em detrimento da **coesão** nacional. Há, neste aspecto, variações no contexto regional da América Latina, inclusive, quando considerados os desdobramentos das respectivas “revoluções” burguesas. O histórico distanciamento do Estado em relação às nações implica, de fato, na conjunção segregacionista classe-etnia, conforme colocado anteriormente. Mas, a afirmativa de Ianni em torno de uma “crise política crônica” dos Estados e das sociedades civis latino-americanas evoca uma reflexão a respeito do atual processo democrático construído na América Latina. A ascensão política, por exemplo, de lideranças indígenas nos aparelhos de Estado – no caso boliviano Evo Morales alcançou a Presidência – tem contribuído para a diminuição dessa distância? Mesmo considerando a existência de avanços e retrocessos envolvendo essa relação [Estado (e) nação] é plausível reconhecer que houve - desde a gênese dos países até hoje – uma relativa aproximação entre Estado e nação na América Latina?

<sup>15</sup> Reconhecendo, evidentemente, que as estruturas sociais pré-colombianas e o passado colonial influenciaram na construção desses países.





Por outro lado, Octávio Ianni expõe com muita pertinência as dificuldades intrínsecas de governabilidade em um país latino-americano. Ianni (1993, p.31) destaca, inclusive, situações concretas que exemplificam intervenções externas (em combinação aos interesses das elites nacionais) na América Latina:

“No Chile e em Granada, a marcha da revolução socialista foi, em boa parte, interrompida pela ação das agências imperialistas, combinando a contra-revolução em âmbito interno e externo. No México, na Bolívia e na Guatemala, a revolução popular foi bloqueada pela ação combinada das agências imperialistas com as forças conservadoras internas. Na República Dominicana, em 1965, a intervenção norte-americana aberta impediu a marcha de uma revolução popular que caminhava para uma revolução popular social e nacional.”

Generalizando, pode-se afirmar que a soberania dos **Estados** latino-americanos é limitada e restrita frente às determinações internacionais; a cidadania dos povos e a autonomia das **nações** latino-americanas praticamente anulam-se diante desses Estados pouco soberanos. A dependência econômica dos países da América Latina constitui uma condição estrutural (congénita?) e está diretamente relacionada à questão da soberania; em alguns casos a dependência e a limitada soberania dos Estados possuem maiores vínculos com a pobreza material das populações; por outro lado, pode-se pensar em situações em que o Estado nacional alcançou maior autonomia em relação aos interesses estrangeiros (quando antagônicos ao desenvolvimento interno), mas efetivamente não atuou na melhoria das condições de existência de sua população. Portanto, vale reforçar que os intensos problemas de natureza social e ambiental na América Latina podem ser, *grosso modo*, interpretados conforme os arranjos políticos internos, em função das articulações entre as elites nacionais e as elites (e capitais) estrangeiras ou mesmo segundo o grau de dependência e de soberania de um Estado.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1984) diferenciavam os países latino-americanos quanto ao “grau de dependência”; assim, os países da América Central ístmica, por exemplo, foram compreendidos segundo a lógica das “economias de enclave”; portanto, nesses casos, a produção mineral ou agrícola constituía - segundo Cardoso e Faletto (1984) - um prolongamento direto das economias centrais (EUA, principalmente). Desta forma, para Cardoso e Faletto (1984, p.47) “o desenvolvimento econômico baseado em enclaves passa a expressar o dinamismo das economias centrais e o caráter nelas assumido pelo capitalismo, independentemente da iniciativa dos grupos locais.” María Laura Silveira (2008, p.127) aborda vários problemas decorrentes das (geo)políticas neoliberais efetivadas na América Latina; destaca, por exemplo, o aumento da pobreza e da dependência do México após a assinatura (em 1994) do Nafta e, também, trata das dificuldades provenientes da instalação das maquiladoras de confecções na região em razão do Tratado de Livre Comércio entre América Central e Estados Unidos (Cafta), assinado em 2003; porém Silveira (2008, p.127) menciona um velho - mas **renovado** - problema estrutural na América Central que, não por acaso, confere com a leitura de Cardoso e Faletto (1984) sobre essas economias de enclave:

“Crescentes manchas agrícolas são também manifestações do uso corporativo do território. A substituição de certos bens agrícolas por outros ao sabor dos acordos externos tornou-se um denominador comum nos países da América Central. Culturas básicas para a alimentação nativa, como o milho, são expulsas pelo avanço dos legumes. As pequenas propriedades de El Salvador passam a ser fornecedoras, em situação de monopólio, da *trading company* Del Tropic Food, que exporta legumes congelados para os Estados Unidos.”





As economias de enclave “encravadas” em diversos territórios da América Latina ou mesmo dominando vastos territórios de um único país caracterizavam-se por elevado grau de intervenção estrangeira na política e na economia interna dos mesmos; ou seja, as regiões ou países “contemplados” por esse tipo de “investimento” situam-se de maneira extrema em relação à ausência de soberania e em relação ao elevado grau de dependência.<sup>16</sup> O controle do sistema nacional exportador, para Cardoso e Faletto (1984, p.53), constituía um divisor de águas entre os Estados nacionais com um elevado grau de dependência e os países com menores restrições de autonomia:

“Nesse sentido, a hipótese desenvolvida neste trabalho postula que os padrões de integração social e os tipos de movimentos sociais, por intermédio dos quais se foi diferenciando a vida política e o perfil das sociedades latino-americanas, assumiram conotações distintas conforme se tratasse de países onde foi possível manter o controle nacional do sistema exportador ou, pelo contrário, naqueles onde a economia de enclave prevaleceu na fase de crescimento para fora”.

Cardoso e Faletto (1984, p.30) reconhecem a existência de vínculos estruturais dos centros hegemônicos das economias centrais com as economias dependentes da América Latina. Porém, não atribuem ao imperialismo a maior determinação pela dependência:

“(…) a especificidade da situação atual de dependência está em que seus interesses externos radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno (sem anular, por certo, as formas anteriores de dominação) e, conseqüentemente, se alicerçam em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas”.

E sobre a questão da interferência externa no **mercado interno** de alguns países latino-americanos, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1984) salientam que o processo de industrialização – em graus distintos - na América Latina redefiniu, outrossim, os laços de dependência. Não obstante, Florestan Fernandes (1972, p.18) reconhece e ressalta a importância das elites nacionais na configuração dependente dos países latino-americanos e considera, também, como relevante o imperialismo (nas suas diferentes fases) e, por conseguinte, o poder de intervenção das corporações transnacionais:

“O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc.”

E ao pensar os processos históricos de articulação entre as burguesias nacionais, o Estado e o capital estrangeiro, na América Latina, Fernandes (1972, p.21) advertia sobre a interferência dos capitais estadunidenses nas economias centrais e periféricas (anos de 1960-1970):

“Assim, enquanto o antigo imperialismo constituía uma manifestação da concorrência nacional entre economias capitalistas avançadas, o imperialismo moderno representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo. Nesse clima político, a expansão incoercível da empresa corporativa, a hiperinfluência das finanças internacionais e a hegemonia dos Estados Unidos foram recebidas como um preço razoável, pelas burguesias nacionais dos países capitalistas avançados, inclusive a Inglaterra, França, Alemanha e Japão.

<sup>16</sup> “(...) o controle das decisões de investimento depende diretamente do exterior, como os lucros gerados pelo capital (impostos e salários) apenas “passam” em seu fluxo de circulação pela nação dependente (...) não existem realmente conexões com a economia local (...) mas sim com a sociedade dependente, através de canais como o sistema de poder, porque ela define as condições de concessão (...) do ponto de vista do mercado mundial, as relações econômicas são estabelecidas no âmbito dos mercados centrais.” Cardoso e Faletto (1984, 51) op. cit.





Desta maneira, de acordo com Fernandes (1972) e Cardoso e Faletto (1984), delegar, tão somente, ao imperialismo a “culpa” pelas “mazelas” da América Latina constitui grave reducionismo teórico, da mesma forma que negligenciá-lo. Portanto, sobre o papel das elites nacionais, Florestan Fernandes (1972, p.58-59) salienta que:

“As inconsistências das burguesias latino-americanas procedem do fato de que elas resistem à plebeização e instigam a proletarização sem querer aceitar a democratização correspondente da ordem social competitiva. Proscurendo o destituído da ordem civil e limitando (ou anulando) a participação econômica, cultural e política das classes trabalhadoras, aquelas burguesias enfraqueceram a si próprias, reduzindo suas alternativas, empobrecendo sua visão de mundo e liquidando-se como agente histórico revolucionário. Restringindo a competição e o conflito a privilégios quase estamentais, elas despojaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras. (...) A revolução burguesa, na América Latina, prende-se a condições estruturais e a ritmos históricos que fazem dela o pivô da associação dependente e das sucessivas transições que rearticularam a organização e o funcionamento das economias nacionais latino-americanas às evoluções externas do capitalismo. (...)”

E prossegue afirmando:

“É um erro crasso subestimar os papéis e as funções políticos das burguesias latino-americanas na condução de seus negócios e das sucessivas transições econômicas, que culminaram nas formas assumidas pela revolução comercial e pela revolução industrial no mundo capitalista latino-americano. Como as burguesias da Europa e dos Estados Unidos, elas envolvem os interesses nacionais e usam o Estado para atingir os seus fins (...)”. (FERNANDES, 1972, p. 59-60).

Para Ianni (1995), a articulação entre as elites nacionais e o imperialismo está relacionada com a (re)produção da “**quinta fronteira**” em várias territorialidades da América latina. Segundo Ianni (1995, p.71), a quinta fronteira “pode ser realidade ou ficção: canal, base militar, enclave (...) indústria cultural (...)”. A implantação de novas bases militares estadunidenses na Colômbia; a continuidade, no México, dos programas neoliberais (garantidos por uma linha coerente de sucessão que vem desde as fraudulentas eleições que levaram Salinas à presidência, em 1988, até o atual governo de Felipe Calderón); e a ação “oculta” das companhias de petróleo na Bolívia, no atual período, constituem processos mais recentes que se encaixam no relevante conceito de Ianni (1995).<sup>17</sup>

### O velho dilema de novo?

Autonomia econômica e interdependência constituem condições próprias de poucos Estados nacionais. Portanto, a “autonomia relativa” compõe realidade variável de alguns países mantenedores de um poder imperialista característico do final do século XX e início do XXI. Consequentemente, a maioria dos Estados nacionais encontra-se submetida à lógica do “**capitalismo desigual e combinado**”; assim a dependência (e não a interdependência), em muitos casos, constitui componente histórico-estrutural das economias e sociedades desses países incluindo, evidentemente, os Estados nacionais latino-americanos.

Por outro lado, registram-se importantes tentativas de ruptura das forças de dominação (geradoras de dependência) ao longo da trajetória de muitos países da Ásia, da África e, evidentemente, da América Latina. Vale ressaltar, entretanto, que a posição atual (em relação à dependência) de um determinado país latino-americano não está diretamente vinculada a uma atuação política predominante no curso

<sup>17</sup> No caso boliviano, ações separatistas vêm sendo comandadas pelas elites dos departamentos de Santa Cruz, Beni, Tarija e Pando; para o cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira “a pressão pela autonomia da região, recentemente desencadeada, não corresponde ao tradicional sentimento separatista, que lá sempre existiu, mas resulta de uma operação montada pelas companhias de petróleo (...)” Folha de São Paulo – 20/03/2005 - A 25. Sobre as eleições no México, no período mencionado, ver artigo de JIMÉNES, R. Las razones de la sublevación. In: UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO. Chiapas. México, D.F.: Era, 1997. pp.55-72; e também ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo In: Pós-neoliberalismo – As políticas Sociais e o Estado Democrático. SP: Paz e terra, 1998. pp. 9-28.





histórico. Cuba, antes da Revolução de 1959 era um país muito dependente dos interesses empresariais estadunidenses; depois se tornou bem menos dependente no cenário internacional ao relacionar-se com a ex-URSS. O Paraguai antes da guerra da Tríplice Aliança era um Estado nacional autônomo, desenvolvido e estabelecia relações comerciais não distorcidas com os centros capitalistas (com a Inglaterra, inclusive). Outro exemplo que pode ser lembrado é o do Chile em momento histórico menos distante, conforme apontado por Armen Mamigonian (2006, p.122): “Depois de uma fase mais neoliberal radical (1973-1982), o Chile se livrou dos Chigago-boys e voltou a crescer, estruturando a partir de iniciativas estatais uma economia mais sólida.” Trechos extraídos da obra de Lopez (1996, p.191-192), por exemplo, possibilitam verificar muito parcialmente o que se pode denominar de “ciclos antagônicos de poder” tão recorrentes na Venezuela, bem como no conjunto da América Latina:

“Em 1947, (...) Rómulo Gallegos (...) não tardou a desagradar os setores conservadores: reforma agrária (...) aumento dos pagamentos efetuados pelas multinacionais que usufruíam do direito de extrair petróleo no país. Uma junta militar derrubou Gallegos em 1948 (...) De 1952 a 1958, Jimenez exerceu uma ditadura ao melhor estilo de um de seus antecessores (...) Caracas tornou-se, então, um microcosmo das mazelas nacionais, pelo seu gritante contraste entre consumismo e modernização, de um lado, e bolsões de miséria e marginalidade, de outro. Em janeiro de 1958, um levante popular (...) derrubou Perez Jimenez (...)”

Nesse rol de alternâncias entre os ciclos antagônicos de poder na América Latina, podem-se incluir, também, as observações de Claudete Vitte (2007, p. 44) sobre algumas “condições criadas”, na Bolívia, anteriormente às políticas nacionalistas de Evo Morales: “(...) os últimos governos adotaram políticas neoliberais e a crescente exportação de gás, de minerais e de produtos agrícolas como a soja, beneficiou quase em sua totalidade as poderosas transnacionais e empresários nacionais e estrangeiros (...)” Deve-se enfatizar, todavia, que mesmo sem o intento de reduzir a história política da América Latina a somente esses “modelos de gestão” - liberalismo *versus* nacionalismo - torna-se, ainda assim, metodologicamente necessário reconhecer a recorrência de “comportamentos (geo)políticos” historicamente variáveis e antagônicos, tanto regionalmente quanto no interior de um país latino-americano.

Não obstante, pode-se partir do princípio que a dependência de um Estado nacional possui relação direta com a noção de soberania e quase direta com a idéia (não homogênea) de subdesenvolvimento. Um país dependente caracteriza-se pelo pouco controle da economia nacional; portanto torna-se comum a ingerência das empresas transnacionais, do FMI, do Banco Mundial na política interna, etc. Pode-se, então, avaliar o grau de dependência de um país considerando-se: a política tributária sobre produção-exportação mineral; a permissividade ou fluidez das remessas de lucros ao exterior; a expressão do mercado interno e sua susceptibilidade às oscilações dos mercados internacionais; o cuidado ou o “descaso” em torno das questões ambientais (em razão dos interesses externos); se os setores estratégicos da economia estão nas mãos do capital internacional ou do capital privado nacional sem atuação relevante do Estado; a dissociação entre crescimento do PIB e a melhoria das condições sociais das populações trabalhadoras; os investimentos estatais em pesquisa (tecnológica, inclusive); etc. O problema das dívidas externas elevadas, o controle do sistema nacional exportador (CARDOSO E FALETTO, 1984) - anteriormente mencionado - e também o já referido conceito de quinta fronteira (IANNI, 1995) podem também contribuir para uma “definição de dependência” mais precisa e mais geográfica para o caso latino-americano.



Contudo, deve-se salientar que a dependência para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1984), Florestan Fernandes (1972), Fernando Gasparian (1973), por exemplo, está diretamente vinculada à noção de subdesenvolvimento. Para Fernando Gasparian (1973), o capital estrangeiro na América Latina atua como fator estrutural de preservação e renovação da dependência ocorrendo, assim, incidência direta no subdesenvolvimento econômico desses países. Por outro lado, é preciso tomar os devidos cuidados ao se estabelecer essa apropriada associação, pois o **subdesenvolvimento** – conceito complexo e polissêmico – tem também seus atributos de natureza endógena, a exemplo de uma classe dominante específica – como um grupo nacional do tipo “bancada ruralista brasileira” – que exerce a sua “soberania” e, conseqüentemente, produz efeitos deletérios ao conjunto sócio-ambiental nacional.

Desta maneira, para Fernandes (1972) o capitalismo latino-americano é resultado de uma combinação de influências externas e internas, ou seja, a dependência e o subdesenvolvimento das nações latino-americanas estão correlacionados ao papel histórico tanto das elites nacionais quanto do imperialismo (na sua forma colonial e neocolonial). Essas relações de dominação endógenas e exógenas configuram-se como um “círculo vicioso” de difícil ruptura. A dependência, assim, comparece como componente estrutural dessas relações se perpetuando e se renovando ao longo da existência dos países latino-americanos. Portanto, baseando-se na dependência, enquanto fenômeno histórico e essencial para a ordem capitalista mundial, Florestan Fernandes (1972, p.26) apontava, no início dos anos de 1970, para o seguinte dilema latino-americano:

“Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspersas: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real.”

c), os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. Referindo-se aos setores sociais internamente dominantes e aos grupos externos, o autor afirma que “dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados.” Nessas condições, a “evolução” do capitalismo, nos países latino-americanos, “não conduz da dependência à autonomização.” (FERNANDES, 1972, p.26). Ao contrário, para Fernandes (1972, p.101) mantidas essas condições, a “aceleração do desenvolvimento capitalista” apenas tem aprofundado a dependência e agravado o subdesenvolvimento; afirmativa coincidente com a reconhecida concepção de Andre Gunder Frank sobre o “**desenvolvimento do subdesenvolvimento**”. Fernandes (1972, p.101-102), todavia, apresenta três caminhos que freqüentemente são traçados pelos governos latino-americanos objetivando-se – mesmo no caso da primeira alternativa - a diminuição ou ruptura da dependência:

- A) Incorporação intensiva dos países latino-americanos ao espaço econômico, sociocultural e político das nações capitalistas hegemônicas. Alternativa que deveria “quebrar o privilégio interno como fator de rigidez da ordem social competitiva, pela mobilização concomitante dos setores sociais menos privilegiados ou despossuídos”.
- B) “Multiplicação rápida dos pontos de disseminação dos “privilégios estratégicos”, de modo a universalizá-los no seio das classes médias e a torná-los mais freqüentes nos “setores explosivos” das classes “baixas” (...)”. Segundo o autor, essa alternativa abriria caminho para o que ele denomina “revolução dentro da ordem”. Entretanto, para Fernandes (1972), essa





tentativa de autonomização das economias nacionais não seria viável e exequível diante do poder das corporações transnacionais e do imperialismo de Estado;

- C) “(...) “Revolução contra a ordem” por meio da explosão popular e do socialismo”.

A “alternativa C”, desenvolvida por Cuba a partir de 1959, possuía maior viabilidade no contexto de Guerra Fria. Hoje, esse caminho parece mais distante, politicamente fragilizado e mesmo desconsiderado por parte de vários governos autonomistas. Porém, quanto às outras alternativas atribuídas pelo autor é possível verificar que ambas ainda possuem “significado pragmático”. Governos nacionalistas e/ou populistas do passado e no contexto atual encaixam-se na “alternativa B”, como Perón na Argentina, Alvarado no Peru, Balmaceda no Chile, Vargas no Brasil, etc.. Morales, na Bolívia e Chávez na Venezuela parecem sinalizar uma política que mistura as alternativas “B” e “C”. Atualmente, na América Latina, a “revolução dentro da ordem” mesclada com a incorporação - *não exclusiva* – dos países latino-americanos aos centros do capitalismo (A + B) parece constituir, no atual contexto, a alternativa principal dos governos autonomistas. Há, evidentemente, variações já que se pode tender mais para (A) do que para (B) ou ao contrário. O MERCOSUL parece oscilar entre “A” e “B” constituindo-se, então em um território seletivo de integração para os capitais europeus, estadunidenses, japoneses – muitas vezes envolvendo corporações concorrentes - e, simultaneamente, um espaço de integração de capitais regionais latino-americanos (essa última situação conferiria com as proposições de Raúl Prebisch, dentre outros defensores da integração latino-americana). Políticas e geopolíticas adotadas nos governos de Salinas (México), de Pinochet (Chile), de Fernando Henrique Cardoso (Brasil), Fujimori (Peru), Carlos Ménem (Argentina) e, mais recentemente, por Uribe (Colômbia) e Calderón (México) estão mais próximas de (A) ou, em menor proporção, de [A+ b].<sup>18</sup>

Segundo Herbert de Souza (1985, p.142), Cardoso & Faletto defendiam que a articulação contraditória dos interesses - das burguesias nacionais (incluindo as “burguesias estatais”) e das internacionais – acabaria por produzir lacunas nada desprezíveis permitindo, assim, há alguns Estados a tentativa para “exercer sua soberania e obter proveito das contradições de ordem internacional (...)”. Neste sentido a concepção de “capitalismo-associado” de Cardoso e Faletto, segundo Pedro Duarte (2008/2009, p.27) “teria como pressuposto a abertura ao capital externo, tanto no sentido de suprir as necessidades de divisas, quanto no de garantir os investimentos diretos, necessários à modernização da estrutura produtiva.” Para Duarte (2008/2009, p.27) essa abertura ao capital estrangeiro corresponderia à implementação de ações neoliberais nas economias latino-americanas, a exemplo das “desregulações e flexibilizações dos mercados”, privatizações de empresas estatais e de grandes patrimônios infraestruturais (rodovias, portos, hidrelétricas, etc.). Assim sendo, com base nos postulados de Florestan Fernandes pode-se inferir que essa “abertura à globalização” (que corresponderia, grosso modo, a “alternativa A”) não constituiria caminho interessante aos países latino-americanos que objetivassem romper com a dependência e com o subdesenvolvimento. Em contrapartida, Fernandes (1972, p.31-32) sinalizava, então, somente para os dois seguintes “projetos”:

- 1) “Se os setores sociais dominantes e as elites no poder realmente desejam um desenvolvimento gradual e seguro, e se forem capazes de obter apoio popular, suas probabilidades de êxito dependem de um forte nacionalismo revolucionário. Sob as condições econômicas, socio-culturais e políticas dos países latino-americanos essa alternativa implica a implantação e aperfeiçoamento de um novo tipo de capitalismo de Estado, capaz de ajustar a velocidade e

<sup>18</sup> Trata-se tão somente de um exercício que visa estimular uma reflexão preliminar. Portanto, os caminhos apontados por Florestan Fernandes não devem ser visualizados nessa proposta de leitura geográfica como “modelos” que estão sendo rigorosamente aplicados. Constituem, assim, uma referência teórica para iniciar interpretações.





a intensidade do desenvolvimento econômico e da mudança socio-cultural aos requisitos da “revolução dentro da ordem social”.

- 2) “A outra resposta alternativa só pode surgir de uma rebelião popular e radical, de orientação socialista”.

A respeito do velho dilema teórico e pragmático envolvendo as **reformas** e as **revoluções** na América Latina, Feres Jr. (2005) identifica uma diferença de interpretação (menos teórica e mais político-estratégica?) entre Frank e Cardoso & Faletto. Para Feres Jr. (2005, p.179) “Frank conclui que o desenvolvimento do subdesenvolvimento só pode ser detido pelo completo rompimento com o sistema capitalista mundial, levado a efeito por uma revolução popular”; no entanto, Cardoso e Faletto sugerem que o desenvolvimento dos países latino-americanos seja alcançado via transformações (políticas) no interior dos próprios mecanismos de dependência estrutural que os mesmos se encontram submetidos. Para Andre Gunder Frank (1983, p.23) “as opções internacionais dos países da América Latina dependerão, no futuro, como no passado, do curso do desenvolvimento capitalista no resto do mundo, inclusive da evolução política interna dos próprios países latino-americanos.”

Importante registrar que a alternativa política “revolução dentro da ordem social” requer **coesão** nacional. Chávez vem construindo esta coesão? Morales talvez esteja mais adiantado em termos de apoio popular do que Rafael Correa; mas em ambos os casos há perspectivas anti-imperialistas e tentativas de valorização das riquezas nacionais. A aproximação do Estado da Nação (ou das nações, dos povos) constitui também pretensão política desses governos. As interferências estrangeiras ou mesmo a oposição de boa parte das elites nacionais tendem a produzir instabilidades nos respectivos governos objetivando-se, então, o restabelecimento da “velha ordem produtiva”. Uma forte coesão popular e nacional por parte desses governos dificulta, entretanto, as ações intervencionistas mencionadas. Segundo Carlos Oliva Campos (2008, p. 39) “*el pueblo fue decisivo para frustrar el intento de golpe de estado en abril del 2002 en Venezuela. Las grandes masas indígenas continúan demostrando su apoyo mayoritario a Evo Morales en Bolívia (...)*”.

Sobre essa construção política de aproximação do Estado com a sociedade civil e a formação de governos populares institucionalmente coesos deve-se, no entanto, acrescentar que vários setores de oposição – a mídia televisiva oligopolista, inclusive – têm acusado esses governos autonomistas de serem antidemocráticos ou mesmo autocráticos; não desconhecendo os problemas históricos para a consolidação da democracia representativa (e parece conveniente a esses setores não discutir a respeito da **democracia participativa**) torna-se pertinente, então, destacar uma pequena parte da reflexão de Atílio Borón (1998) sobre a democracia na América Latina. Ao defender uma concepção mais ampla de democracia que considere, inclusive, a dimensão econômica Borón (1998, p.66 e 69) salienta que há uma perigosa separação entre o político e o econômico-social, assim,

“(…) para os que compartilham a perspectiva clássica – da qual Marx foi tributário -, a possibilidade de que a refundação da ordem democrática na América Latina se esgote na simples reestruturação do regime político é motivo de profunda preocupação. (...) O erro simétrico ao reducionismo economicista se encontra nas concepções hegemônicas nas ciências sociais, que fragmentam e decompõem a realidade social, reificando as suas “partes” como se elas pudessem existir independentemente da totalidade à que pertencem e que lhes dá sentido. Fala-se de democracia “sem sobrenome” quando na realidade estamos falando de “capitalismos democráticos”, em que o substantivo é o capitalismo e o adjetivo, a democracia (...).”





Entretanto, de acordo com Carlos Oliva Campos (2008, p. 39), dentre as várias características gerais desses governos de esquerda – como a nacionalização de recursos estratégicos básicos, a expropriação de terras improdutivas, etc. - “*se pueden mencionar la profundización de la democracia participativa (...)*”. Mas, para Atílio Borón (1998, p.76) os problemas de natureza estrutural próprios do capitalismo latino-americano constituem obstáculos concretos à democracia idealizada e projetada pelos neoliberais e por adeptos a esse “modelo genérico” de regime político:

“(...) A agenda da democracia na América Latina não poderia estar mais sobrecarregada: extrema pobreza, doenças, analfabetismo, desemprego, decadência regional e urbana, narcotráfico. Pode um Estado democrático virar as costas diante da fenomenal “dívida social” que esse continente vem acumulando desde tempos imemoriais?”

Uma leitura mais ampla de democracia, como sugere Atílio Borón, nos conduz a refletir novamente sobre a crise crônica apontada por Octavio Ianni (1995) do Estado com as nações - ou do Estado com a **sociedade civil**, conforme a visão gramsciana de Costilla (2006) e Adelita Carleial (2006). Nesta perspectiva, Lucio Costilla (2006, p.39), defende que o “neoliberalismo de Estado” – atualmente fragilizado mas, ainda atuante na América Latina - cria suas próprias condições de extinção ao insistir na “governabilidade autoritária”:

“(...) As burocracias de Estado estimulam sociedades civis despolitizadas e passivas para legitimar o capitalismo de integração subordinada (...) Nessa situação, produz-se a oposição de setores da sociedade política que se juntam à sociedade civil organizada e ativa, diversa, popular, que reivindica direitos de participação nas decisões públicas (...) As sociedades civis da América Latina se distanciam e se opõem às sociedades políticas neoliberais.”

Para Lucio Costilla ocorre, por conseguinte, a crise de hegemonia do Estado neoliberal. Entretanto, para Emir Sader (1998, p.37) “o neoliberalismo sobrevive a si mesmo pela incapacidade da esquerda, até aqui, em construir formas hegemônicas alternativas para a sua superação”. José Paulo Netto (1998, p.31) defende que há limites objetivos à manutenção do neoliberalismo, portanto, segundo o autor, há uma “capacidade de tolerância das massas à degradação das suas condições de vida”. Netto (1998) destaca que o colapso do “socialismo real” foi muito significativo para o avanço do neoliberalismo na América Latina. Adelita Carleial (2006, p.57) afirma que o atual impasse entre os governos latino-americanos e a sociedade civil organizada reside na contradição instalada pela democracia política e os limites de distribuição do crescimento econômico. Para Carleial (2006, p.66-67) “o fato de governos, de natureza popular e afeitos ao campo do trabalho, não desmantelarem as políticas neoliberais, na contemporaneidade, deve-se, principalmente, aos limites estruturais.” Adelita Carleial (2006), portanto, baseando-se em Gramsci e nos governos populares de Chávez e Lula, por exemplo, defende e acredita na mudança pela via democrática coletiva (e não por intermédio da representatividade burocrática); Segundo Adelita Carleial (2006, p.67):

“Apenas com a construção, concomitante, da vontade coletiva nacional e popular é viável alterar o estado existente, e somente a formação de um novo bloco histórico contra-hegemônico é possível transformar rapidamente a sociedade, ao contrário, as alterações serão pausadas, morosas e insuficientes, em qualquer situação, resultantes das forças em disputas.”





Para Atílio Borón (1998, p.109), os efeitos nocivos de mais de uma década de neoliberalismo na América Latina - como a marginalização das massas, a degradação da política, a ruptura do tecido social e a desagregação dos mecanismos de integração, bem como a capitulação da soberania nacional – produziram maiores separações entre **Estado** e **Nação**; porém, Borón (1998, p.111) ao mesmo tempo em que ressalta (como surpresa positiva) a capacidade de resistência das novas democracias latino-americanas afirma que “o resultado é a ingovernabilidade tendencial do regime democrático, sua acelerada deslegitimização.” Para Borón (1998, p.112), há riscos concretos da reinstalação de uma ditadura militar de um novo tipo, “popularmente plebiscitada por um súbito fervor de fundamentalismo nacional-populista”. Quanto a essa preocupação não infundada de Borón (1998), acrescenta-se a possibilidade de um concomitante acirramento dos movimentos guerrilheiros, como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), etc.. Todavia, sobre esses problemas de governabilidade segundo parâmetros nacionalistas (“revolução dentro da ordem”, conforme Florestan Fernandes), Adelita Carleial (2006, p.64-65) aponta os valores da sociedade civil organizada, mas reconhece as dificuldades impostas pelo contexto geopolítico atual:

“(…) os movimentos sociais e o sindicalismo, a partir da queda do muro de Berlim (1989) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991), perderam o norte socialista e passaram a recompor forças na direção da democracia participativa, em que os discursos de esquerda e da direita perderam os contornos nítidos e as identidades multiplicaram-se em pluralidade difusa.”

Lúcio Almeida (1996, p.190) baseando-se em Claus Offe (1984), reforça a idéia de que há um descompasso entre superestrutura e estrutura no modo de produção capitalista: “A conclusão de Offe é que o capitalismo padece de “erro de construção” e que, do ponto de vista crítico, as sociedades capitalistas são sempre “ingovernáveis” (...)” Essa formulação merece investigação cuidadosa, principalmente quando considerados os diferentes caminhos recentemente adotados pelos governos da Venezuela e Bolívia, por exemplo, em comparação aos governos de México e Colômbia. Ressalte-se que as idéias de Piotr Kropotkin também são valiosas para fomentar essa discussão, tendo em vista que esse geógrafo russo, em seus estudos, alertava sobre a incompatibilidade intrínseca de um “**Governo Revolucionário**”. Mas se por um lado, sobre esse ponto de vista, nota-se clara divergência entre o “transformismo” de Gramsci e os postulados de Kropotkin, por outro lado, ao se referirem à organização política das sociedades civis parece haver, nesse aspecto, possibilidade de se realizar um importante diálogo convergente.

Considerando-se, então, essa velha problemática entre **Estrutura** e **Superestrutura** convém finalizar com uma das várias e importantes constatações elaboradas pelo geógrafo Armen Mamigonian (2006, p.126 e 131) sobre o “futuro da América Latina”:

“Depois de duas décadas perdidas para a América Latina, o modelo neoliberal imposto pelos EUA esgotou-se num grande desastre econômico-social. Nos anos 1998-2003 as mobilizações, os protestos e as revoltas populares se traduziram em resultados eleitorais, que levaram à ascensão de governos nacionalistas (...) em nítida ruptura com o imperialismo. (...) A Venezuela e a Argentina e seus dirigentes provaram nos últimos anos a possibilidade de defesa dos interesses nacionais e populares.”



## Referências

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo In: *Pós-neoliberalismo – As políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e terra, 1998. pp. 9-28.
- ANDRADE, M. C. *Imperialismo e Fragmentação do Espaço*. São Paulo: Contexto, 1989.
- BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: *Pós-neoliberalismo – As políticas Sociais e o Estado Democrático*. SP: Paz e terra, 1998. pp. 63-118.
- BRUIT, H. *Revoluções na América Latina: o que são as revoluções? México e Bolívia, Cuba e Nicarágua*. São Paulo: Atual, 1988.
- . *A acumulação capitalista na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio e interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 7º ed., 1984.
- CARLEIAL, A. Sindicalismo e movimentos sociais e contemporâneos na construção democrática da América Latina. In: *Projetos nacionais e conflitos na América Latina*. Fortaleza: UFC, 2006. pp. 57-68
- CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- COSTILLA, L. Pensando o Estado: sociedade política e sociedade civil hoje, no Brasil e no México. In: *Projetos nacionais e conflitos na América Latina*. Fortaleza: UFC, 2006. pp. 23-55.
- CUEVA, A. O *desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.
- DUARTE, P. H. E. A dialética do desenvolvimento periférico: a nova CEPAL à luz da teoria marxista da dependência. In: *Cadernos BDMG*. Belo Horizonte: n. 17/18, out./abr. 2008/2009.
- FERES JR, J. *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.
- . *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. RJ: Zahar, 1972.
- FRANK, A. G. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a Teoria da Dependência*. SP: Brasiliense, 1980.
- . *Reflexões sobre a crise econômica mundial*. RJ: Zahar Ed., 1983.
- FURTADO, C. *Formação econômica da América Latina*. RJ: Lia, 1969.
- GASPARIAN, F. *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GONTIJO, C. Para onde vai a América Latina? In: *Vanguarda Econômica*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva; Ano III, N°3, set. 1995. pp. 7-16.
- HOFMEISTER, W. (org.). *Reformas políticas en America Latina*. RJ: Konrad, 2004.
- IANNI, O. *O Labirinto Latino Americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- JIMÉNES, R. Las razones de la sublevación. In: INSTITUTO DE INVESTIGACIONES ECONÓMICAS - UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO. *Chiapas*. México, D. F.: Era, 1997. pp. 55-72.
- KLIKSBERG, B. Dez falácias sobre os problemas sociais da América Latina. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento – Economia, Estado e Sociedade*. Curitiba: IPARDES, n.98, jan/jun. 2000. pp.3-26
- LAMBERT, J. *América Latina: estruturas sociais e instituições políticas*. SP: Nacional, 1969.
- LOPEZ, L. R. *História da América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- LIMA, M.C. O México e os efeitos perversos da integração: imigração, fragmentação do espaço e concentração de renda. In: *Revista de desenvolvimento econômico*. Ano VIII n° 14, Salvador: UNIFACS, 2006. pp. 70-77.
- MAMIGONIAN, A. Qual o futuro da América Latina? In: ARROYO, M., LEMOS, A. e SILVEIRA, M. (orgs.). *Questões territoriais na América Latina*. São Paulo/ Buenos Aires: CLACSO e USP, 2006. pp.117-136.
- MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. Coimbra: Centelha, 1976.



- MORAGA, E. G. *O Estado nas sociedades dependentes – o caso da América Latina*. Lisboa: Presença, 1977.
- NETTO, J. P. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo – As políticas Sociais e o Estado Democrático*. SP: Paz e terra, 1998. pp. 29-34.
- OLIVA CAMPOS, C. América Latina en la postguerra fría: la nueva reconfiguración socio-política regional. In: *Perspectivas - Revista de Ciências Sociais*. V33. São Paulo: UNESP, jan/jun.2008. pp.15-61
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 6<sup>o</sup>ed., 1988.
- OLIVEIRA, M. P. América Latina: legado socioespacial e globalização. In: HAESBAERT, R. (org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: UFF, 2001. pp. 225-275.
- PRADO, M. L. *A formação das nações latino-americanas*. SP: Contexto, 1987.
- REBECA, B. R. Prácticas profesionales y desafíos de la geografía latinoamericana en los albores del siglo XXI. In: ARROYO, M., LEMOS, A. e SILVEIRA, M. (orgs.). *Questões territoriais na América Latina*. São Paulo/Buenos Aires: CLACSO e USP, 2006. pp. 101-114.
- RIBEIRO, D. *O dilema da América Latina – estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SADER, E. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: *Pós-neoliberalismo – As políticas Sociais e o Estado Democrático*. SP: Paz e terra, 1998. pp. 35-37.
- SILVEIRA, M. L. América Latina: por uma pluralidade de pactos territoriais. In: OLIVIERA, M., COELHO, M. e CORRÊA, A. (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I)*. Rio de Janeiro: Lamparina, Anpege, Faperj, 2008. pp.123-141.
- SOUZA, H. *O capital transnacional e o Estado*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- TORRES, E. R. Sobre a formação do Estado na América Central (Hipótese e questões fundamentais para o seu estudo) In: PINHEIRO, P. (coord.). *O Estado na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. pp. 60-76.
- VITTE, C.C. S. A questão energética na América do Sul: um estudo preliminar sobre o gás boliviano sob a perspectiva da infraestrutura, da regulação estatal e do território. In: GEOSUL – *Revista do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, v. 22, n 43, jan/jun. 2007. pp.35-54.